

**NEOLIBERALISMO E SOFRIMENTO PSÍQUICO NO BRASIL:
uma análise sobre subjetividade e saúde mental em um país dependente**

Amanda Karol de Oliveira Costa (UFC),
ak.oliveiracosta@gmail.com

RESUMO

Este trabalho pretende discutir a relação entre a racionalidade neoliberal e o sofrimento psíquico na particularidade sócio-histórica do Brasil. Orientado pela premissa de que os processos de sofrimento psíquico não são fenômenos meramente individuais ou biológicos, na verdade são atravessados por dimensões sociais, econômicas e políticas. Além disso, este estudo investiga como o neoliberalismo opera enquanto engrenagem de gestão biopolítica do sofrimento psíquico no Brasil. A fundamentação teórica ancora-se na teoria social crítica, dialogando com autores como Martin-Baró, Florestan Fernandes, Paulo Freire e as reflexões contemporâneas sobre necropolítica. Também, esta trata-se de uma pesquisa bibliográfica e documental que conecta a formação social brasileira — marcada pela herança colonial, escravocrata e pela dependência ao capital internacional — à sofisticação do autoritarismo neoliberal contemporâneo. Como resultado, o estudo destaca que a subjetividade brasileira é atravessada pelo "fatalismo latino-americano", processo no qual a violência estrutural e a negação de direitos são naturalizadas, resultando em conformismo e despolitização do sofrimento. A discussão ainda foca no governo de Jair Bolsonaro como expressão máxima de um autoritarismo que hibridiza a lógica de mercado com um conservadorismo moralista e repressivo. Além disso, discute-se o desmonte deliberado das políticas públicas de saúde mental e a precarização da Rede de Atenção Psicossocial (RAPS), em favor do financiamento de comunidades terapêuticas e do modelo asilar. Mecanismos que visam a contenção e neutralização dos corpos considerados "improdutivos" ou dissidentes, servindo aos interesses do capital farmacêutico e privado. Conclui-se que a resistência ao autoritarismo que marca construção subjetiva do povo brasileiro e a neoliberalização da política de saúde mental, exige o resgate da dimensão política do sofrimento psíquico, reafirmando os princípios da luta antimanicomial e o cuidado em liberdade como estratégias de emancipação humana e social.

Palavras-chave: Neoliberalismo; Sofrimento Psíquico; Saúde Mental; Autoritarismo; Formação Social Brasileira.

1 INTRODUÇÃO

No cotidiano brasileiro, muitas vezes, a saúde mental está associada a diagnósticos, estáticas, sintomas ou comportamentos individuais. No entanto, a saúde mental e o sofrimento psíquico são atravessados por questões históricas, econômicas, culturais e políticas, portanto, precisam ser situados e analisados nas especificidades sociais em que cada indivíduo elabora e

efetiva sua existência (MARTIN-BARÓ, 2017). Parafraseando Safatle et al. (2020, p. 33): não se sofre da mesma forma dentro e fora do neoliberalismo brasileiro. Sendo assim, este trabalho tem como objetivo debater sobre o neoliberalismo e o sofrimento psíquico na particularidade do Brasil.

O sofrimento psíquico no neoliberalismo brasileiro não é apenas um resíduo da crise econômica, mas uma engrenagem da gestão biopolítica. pois, ao converter o conflito social em patologia individual, essa racionalidade isola o sujeito em sua dor e desmobiliza formas coletivas de resistência. No Brasil, esse processo é radicalizado por uma herança autoritária que utiliza o desmonte das políticas públicas de saúde mental como estratégia de controle e neutralização dos corpos considerados improdutivos ou dissidentes.

A análise desenvolvida neste trabalho ancora-se numa leitura da realidade construída a partir da teoria social crítica, com base em pesquisas bibliográficas e documentais. Para tanto, debate-se com autores que abordam a formação social brasileira; as expressões do neoliberalismo no Brasil e a subjetividade. O estudo aprofunda-se na análise do autoritarismo neoliberal no Brasil, contextualizando-o com a tradição autoritária e hierárquica presente desde a colonização, utilizando o conceito de “fatalismo latino-americano” de Martin-Baró e as reflexões de Paulo Freire sobre a relação entre oprimido e opressor. Assim, esta abordagem metodológica permite traçar um panorama que conecta a macroestrutura econômica e política com as manifestações micro da subjetividade e do sofrimento psíquico.

Nesse sentido, será discutido brevemente o conceito de neoliberalismo que conduz este trabalho; as singularidades sócio-históricas do Brasil; a inserção e a expressão do neoliberalismo no cenário brasileiro; o autoritarismo neoliberal no Brasil materializado principalmente no governo Bolsonaro. Destacando como tudo isso reverbera na forma como é construída a subjetividade brasileira. E por fim, busco dar destaque aos ataques neoliberais diretos à política de saúde mental brasileira.

2 DESENVOLVIMENTO

O conceito de neoliberalismo constitui um vasto campo de discussão política e teórica. Para este trabalho, apoio à discussão na compreensão de que o neoliberalismo se configura como o atual modo de governamentalidade mundial, baseado na lógica do mercado. Onde tudo pode se tornar mercadoria, e como regra, todos devem incorporar as características da empresa para suas vidas privadas.

Diferente do liberalismo clássico, a tarefa do Estado neoliberal é garantir as condições de concorrência empresarial (DARDOT; LAVAL, 2009). Por isso, o padrão de mercado não vale apenas para os sujeitos individuais que se tornam empresas. Há também a exigência de que o próprio Estado siga o modelo de mercado, tanto ao nível interno, por meio dos dispositivos e equipamentos públicos: favorecendo a terceirização dos serviços públicos e a disseminação da própria racionalidade empresarial para os servidores públicos. Quanto ao nível externo: competindo com outros Estados-empresas internacionais para arrecadar investimento de capital multinacional.

Nesse sentido, em busca do aumento progressivo da produtividade, competitividade e lucratividade, o neoliberalismo tem empreendido e efetivado uma desregulamentação das atividades econômicas ao nível mundial. Assim, o ciclo ampliado do capital de produção e consumo, generaliza-se impositivamente em proporção global. Então, numa perspectiva de totalidade, no neoliberalismo o conjunto dos países do mundo passam a formar uma grande fábrica e um grande mercado global (IANNI, 1998). Desse modo,

Simultaneamente, dá-se a globalização das forças produtivas e das relações de produção, ainda que de maneira desigual, contraditória e simultaneamente combinada. Sob as suas diversas formas, o capital atravessa territórios e fronteiras, mares e oceanos, englobando nações, tribos, nacionalidades, culturas e civilizações (IANNI, 1998, p.28).

Antes de discutirmos como o neoliberalismo se insere na especificidade do Brasil, é preciso construir o pano de fundo em que se dá essa realidade, isto é, *a formação sócio-histórica do país*. O Brasil é um país que se constituiu com bases na exploração dos bens naturais, do povo originário e posteriormente do povo negro, o que os portugueses chamaram de colonização. Os europeus se apropriaram dessas terras e fizeram dela uma colônia de exploração e exportação para enriquecimento da metrópole, Portugal.

Em poucas palavras, a gênese do que hoje chamamos de Estado Brasileiro tem como marcas a exploração do território e a escravização de outros povos em favor da acumulação de riqueza para Europa. Vale destacar que essa lógica permanece até a atualidade mesmo com a suposta “independência” do Brasil, pois apesar de ser uma nação dita independente, o país ainda serve como fonte de matéria-prima e mão de obra barata para os países localizados no centro da economia capitalista mundial.

Além disso, enquanto o capitalismo se desenvolvia a todo vapor na Europa, no território brasileiro persistia uma mistura contraditória entre a servidão, escravização e as influências capitalistas das economias mundiais. Isso devido à inicial resistência à “modernização” por

parte da elite brasileira mais conversadora. Quando já não era possível se opor à determinação mundial de modernidade, o que houve foi uma completa aceitação e adequação inativa do comando local, sem traços marcantes de uma revolução burguesa interna, ou busca por transformações societárias, como ocorrido nos chamados “países desenvolvidos”. Assim, a formação do Estado brasileiro e a implementação do capitalismo no Brasil, entre outros elementos, é caracterizado pela adesão pacífica ao lugar de dependência e acomodação ao mando do poder externo (FERNANDES, 2020).

A burguesia nacional brasileira, subjugada aos mandos do capital internacional e contraditoriamente sendo arcaica e moderna, de modo simultâneo, assume na relação social e de trabalho o lugar de autoridade e senhor. Assim se forma uma hierarquia social, em que se naturaliza a suposta superioridade de alguns e inferioridade de outros. Uma expressão popular bastante autoritária é “manda quem pode, obedece quem tem juízo”, ou seja, quem está acima na linha hierárquica ordena e os que estão abaixo obedecem sem questionamentos.

Já os trabalhadores brasileiros, devido a condições estruturais de extrema pobreza somada a essas relações socioculturais hierárquicas e autoritárias, são levados a aceitar o mando e o controle, a servir sendo gratos aos patrões, até mesmo maus tratos e péssimas condições de trabalho. Essas ideologias se reproduzem e permeiam em todas as esferas da sociedade, como na família, na escola, na política, na religião. Há sempre uma figura de autoridade inquestionável superior a outro, que deve respeito, gratidão e disposição eterna para servir.

O autoritarismo, a naturalização da desigualdade e hierarquia social, o racismo, o paternalismo e o clientelismo que compõem a cultura político-social do Brasil. Fazem parte de um projeto de sociedade da classe dominante que é funcional ao capital e, ao mesmo tempo, condizente com o moralismo conservador arcaico que defende a elite brasileira branca, racista, machista e homofóbica.

A racionalidade neoliberal, ao expandir-se globalmente, não se instala em vácuos sociais; ela é incorporada de forma heterogênea, adquirindo especificidades conforme as formações sócio-históricas nacionais. No caso brasileiro, o autoritarismo neoliberal encontra um terreno previamente pavimentado por uma estrutura de dominação que Florestan Fernandes (2020) define como 'autocracia burguesa'. Para o autor, a burguesia nacional, em sua condição de dependência ao capital internacional, jamais consolidou uma revolução democrática, optando por uma 'modernização do arcaico' que preserva o legado colonial de exclusão e repressão. Assim, a ofensiva neoliberal no Brasil não inaugura o autoritarismo, mas o sofisticada,

articulando a lógica de mercado a uma tradição política que historicamente trata o conflito social como caso de polícia e a pobreza como objeto de controle coercitivo.

Assim, a produção de subjetividade no Brasil também não escapa das implicações da formação sócio-histórica brasileira e sua permanente condição de dependência ao capital internacional. Sobre isso é interessante a análise proposta por Martin-Baró (2017) sobre o fatalismo latino-americano. O autor explica que nos países latinos que sofrem pelas explorações e dominações imperialistas, como o Brasil, predomina entre a população uma

[...] compreensão da existência humana em que o destino de todos está predeterminado e todo fato ocorre de modo inescapável. Aos seres humanos não resta nada mais além de acatar seu destino e submeter-se à sorte que é prescrita por sua sina. A compreensão fatalista sobre a existência é atribuída a amplos setores dos povos latino-americanos e pode ser compreendida como uma atitude básica, como uma maneira de se situar diante da própria vida. Nesse sentido, o fatalismo revela uma peculiar forma da pessoa de dar sentido à sua relação consigo mesma e com os fatos de sua existência. Isto se traduz em comportamentos de conformismo e resignação diante de qualquer circunstância, inclusive as mais negativas (MARTIN-BARÓ, 2017, p. 205)

Para Martin Baró (2017), o “fatalismo latino-americano” não se trata apenas da assimilação de ideias, mas sim de um processo que se dá por meio da vivência cotidiana. Na qual as populações dominadas constatarem na prática a inviabilidade ou inutilidade dos esforços transformar sua realidade, a qual é sustentada por um sistema social estruturalmente opressivo. Seu funcionamento se baseia na negação das condições mínimas de sobrevivência para os dominados, ao mesmo tempo que viabiliza a opulência dos dominadores. Por isso, o fatalismo, antes de ser um processo subjetivo, corresponde às condições sociais, reais e objetivas. O autor descreve bem esse processo ao dizer:

A violência imposta pelo colonizador é introjetada pelo colonizado, ficando ancorada em sua musculatura como uma tensão reprimida e em sua mente como culpa assumida. [...] Nos países latino-americanos, as relações sociais estão estruturadas de tal maneira, que despojam a maioria da população dos recursos mínimos indispensáveis para configurar e conduzir sua vida. A propriedade privada, enquanto um dos princípios máximos de convivência, consagra o despojamento permanente das maiorias, as quais não encontram possibilidade real de controlar seu próprio destino (MARTIN-BARÓ, 2017, p. 228 – 229).

No contexto brasileiro, a ideologia fatalista assume contornos específicos ao hibridizar-se com o mito da 'cordialidade'. Esta suposta docilidade, longe de ser uma essência pacífica, é o subproduto de uma violência histórica recalcada, que converte o trauma da colonização em resignação política e submissão à racionalidade do opressor. Vejamos, Martin Baró explica que o oprimido acaba experimentando uma atração irresistível pelo opressor, o qual passa ser o seu padrão de identificação, por isso, seguem suas determinações docilmente.

Nesse mesmo sentido, Paulo Freire (1987) também descreve que na convivência com o opressor, os oprimidos muitas vezes refletem a estrutura de dominação. Assim, não conseguem identificar o opressor concretamente, assim como, não se reconhecem enquanto oprimidos, portanto, assumem ações fatalistas diante da opressão posta objetivamente. Nisso, “Este fatalismo, às vezes, dá a impressão, em análises superficiais, de docilidade, como caráter nacional, o que é um engano. Este fatalismo, alongado em docilidade, é fruto de uma situação histórica e sociológica e não um traço essencial da forma de ser do povo.” (FREIRE, 1987, p.54). Além das questões que envolvem a produção de subjetividade do povo que vivencia a opressão imperialista colonial.

Diante da formação sócio-histórica do Brasil, o país recebe um lugar específico na atual divisão internacional do trabalho. Pois, no circuito mundial da produção capitalista, países tidos como “desenvolvidos” concentram mais riqueza e desenvolvem atividade produtiva e tecnológica de ponta, enquanto os chamados “países em desenvolvimento” ocupam a função de produzir em larga escala os produtos primários, commodities, por meio de trabalhos desregulamentados, baixos salários e muitas vezes análogos a escravidão. Isto é, grandes empresas de tecnologia, informação, alimento e moda centram-se e acumulam capital em países da Europa e nos Estados Unidos, e exploram a baixo custo o setor de serviços, agroindústria, indústria, em vários países da periferia econômica mundial.

A globalização levou fatalmente ao fechamento da última mina de carvão na França, diz o depoimento do operário da mineração. Na atual divisão internacional do trabalho, a extração passou a ser feita quase que exclusivamente no Sul do mundo, na Colômbia, no Chile, na Venezuela, na China, no Congo, na África do Sul etc. Outro depoimento operário é cáustico: nesses países periféricos, os mineiros trabalham muito mais e ganham menos. (ANTUNES, 2018, p.28)

As ideias neoliberais adentram os países principalmente através de organizações internacionais como o Fundo Monetário Internacional (FMI), o Banco Mundial (Banco Internacional de Reconstrução e Desenvolvimento, Bird) e a Organização Mundial do Comércio (OMC). Estas instituições estabelecem diretrizes e recomendações para os países, “mobilizando ciência e técnica, equipes e aparatos, para diagnosticar, planejar e pôr em prática decisões que influenciam as economias de cada uma e todas as nações, assim como da economia mundial” (IANNI, 1998, p. 29). Enquanto a maioria dos Estados internacionais se esforçam para se enquadrar nos termos desses organismos. Pois se recusar a seguir as regras e a fazer parte do jogo neoliberal do mercado internacional, significa enfrentar uma série de dificuldades

econômicas e sociais. Como no caso de Cuba e Venezuela que atualmente enfrentam duros embargos econômicos¹.

No entanto, os mecanismos de governamentalidade neoliberal e as diretrizes postas para regulação econômica dos diversos países, realizado pelas organizações internacionais e o mercado mundial. São incorporados de formas diferentes por cada país, dadas formações sócio-históricas já existentes nos territórios, assim, as disputas políticas e as características locais, vão dando forma particular ao neoliberalismo em cada nação.

O Estado neoliberal é o responsável por gerir a pobreza e a desigualdade de forma coercitiva e autoritária. Sobre isso, Wacquant (2008) aponta que o neoliberalismo aposta no enxugamento das políticas de proteção social, como as de assistência, saúde, educação e habitação, em favor do surgimento de um Estado penal. Ao deslocar recursos públicos para políticas policiais de segurança, assim, repressão e punição da pobreza se dão através de política pública. No entanto, é preciso compreender que essa transição não é apenas uma mudança administrativa, mas a manifestação da face necropolítica do poder contemporâneo.

Enquanto a biopolítica neoliberal foca em 'fazer viver' o sujeito produtivo e performático, a necropolítica (MBEMBE, 2018) opera na gestão da morte — física, social ou simbólica — daqueles considerados 'excedentes' ou 'ingovernáveis' pela lógica do capital. O Estado não apenas 'enxuga' o investimento social; ele gerencia ativamente quais populações que podem ser expostas ao desamparo e à violência. No Brasil, essa política da morte encontra solo fértil na herança colonial e racista, incidindo prioritariamente sobre corpos negros e periféricos. Essa lógica se materializa no desmonte das políticas de saúde mental e no incentivo ao isolamento em comunidades terapêuticas, reafirmando que a soberania estatal, em sua fase neoliberal autoritária, se expressa no poder de expor os mais vulnerabilizados ao abandono e ao extermínio.

No Brasil, as ofensivas neoliberais autoritárias aparecem desde 2013 através de várias estratégias políticas para enfraquecimento das representações populares, como a repressão e criminalização dos movimentos sociais e sindicais. Nesse período, também foi fomentado a

¹“Embargo econômico consiste na proibição oficial de exportar, importar ou participar de outras atividades econômicas com algum país específico. O embargo é uma sanção econômica, que resulta de cenários políticos desfavoráveis entre países, comumente imposto por um grupo de países aliados contra outro(s). O objetivo é sancionar um país isolando-o até que ele cumpra com leis e tratados internacionais, ou retirar suas tropas caso tenha invadido algum outro país. O embargo pode ser imposto ainda por causa de disputas políticas ideológicas.” (LIMA, on-line). Disponível em: <https://www.infoescola.com/economia/embargo-economico/>. Acesso em: 12 de outubro de 2023.

ideia de inimigos internos chamados de esquerdistas, petistas e comunistas, potencializando o medo e a violência no país. Além disso, houve táticas judiciais e investigativas para incriminar os governos do presidente Lula de corrupção, como o caso da Operação Lava Jato. Bem como, vimos o crescimento da violência policial e constantes ameaças das forças militares à democracia. Entre outros elementos que expressam os vestígios do neoliberalismo autoritário no Brasil.

Essas ofensivas ganham forças e se adensam com o impeachment de Dilma Rousseff em 2016. Os principais exemplos disso são as propostas de emendas constitucionais (PEC), leis complementares e reformas aprovadas nos governos de Michel Temer e de Jair Bolsonaro, como o teto dos gastos públicos, reforma trabalhista e a reforma da previdência. O que impactou diretamente na precarização das políticas públicas e na desregulamentação do trabalho, produzindo ainda mais insegurança social, e no campo da subjetividade, acentuando a competitividade e individualismo.

A expressão do autoritarismo neoliberal, no cenário social brasileiro mais recente, é o caótico governo de Bolsonaro e movimento de extrema-direita chamado de bolsonarista. Resumidamente, algumas das principais características do bolsonarismo é ser um movimento ultraneoliberal com forte afinidade pela ditadura militar, inclusive com defesa do armamento dos civis e força de repressão do Estado policial.

O movimento bolsonarista evoca valores morais, conservadores e religiosos, construindo a ideia de “cidadão de bem”, e aqueles que não se enquadram dentro dessa moralidade devem ser eliminados. Diante disso, o Governo Bolsonaro impossibilitou a participação civil de modo efetivo, investiu em políticas de austeridade e precarização dos serviços públicos, além de promover ataques explícitos aos direitos sociais e as minorias sociais, tudo isso em favor dos setores privados. Inclusive, o discurso conversador e moralista do Governo Bolsonaro é bastante agradável à elite brasileira conservadora e religiosa. Autoritarismo, intolerância, violência, discriminação foram sendo naturalizadas no neoliberalismo brasileiro.

Além disso, é uma marca do neoliberalismo autoritário no Brasil, um chamamento a um falso ultranacionalismo. Devido à condição permanente de submissão e dependência aos países de economia central, os países latino-americanos, como o Brasil, não puderam consolidar suas nações inteiramente. Assim, os interesses do capital internacional sempre prevaleceram em relação aos países economicamente periféricos. A defesa desse pseudo-nacionalismo tem uma

função no autoritarismo neoliberal que é ocultar as contradições das classes sociais, como se não houvesse classes sociais em disputa, e sim uma luta por um interesse nacional comum. Tudo isso está presente no famoso lema bolsonarista: “Deus, pátria, família e liberdade”.

Vale dizer que essa invocação da liberdade se refere às liberdades individuais socialmente aceitas, principalmente voltadas à proteção da propriedade privada. Isso porque há uma contradição no conservadorismo neoliberal brasileiro, que reclama a liberdade individual, mas quando o indivíduo vive fora dos padrões morais estabelecidos, sofre com estigmas, preconceitos e uma série de violações sociais e humanas.

O desenvolvimento das novas tecnologias de comunicação e o avanço das redes sociais de interação virtual, também são utilizadas no desenvolvimento do neoliberalismo autoritário. Como o movimento bolsonarista que não tem um partido político unificado e organizado para representar e doutrinar seus seguidores, é através das redes sociais virtuais que essa função é desempenhada. Isso é, graças ao uso de algoritmos, notícias falsas e até mesmo robôs que se formam nas milícias digitais bolsonaristas e que determinam e orientam as ações dos bolsonaristas espalhados pelo Brasil.

Pois, é principalmente por meio das redes sociais que o autoritarismo neoliberal no Brasil consegue suscitar uma onda de “pensadores” anticiência e que negam fatos históricos, e “a verdade” aceita passa ser relacionada às revelações religiosas ou as palavras do líder político. As teorias conspiratórias e negacionistas ganham forças, como as afirmações de que a terra é plana; que não há aquecimento global; que as vacinas não funcionam e causam autismo; que a escravidão das pessoas pretas não foi um processo violento de exploração e extermínio; que não houve crimes de tortura e assassinato na ditadura militar brasileiro, dentre outras.

A distorção da realidade e o negacionismo são alimentados pelas *think tanks* neoliberais internacionais. Estas podem ser entendidas como instituições que produzem e disseminam ideias com intuito de influenciar a opiniões e políticas públicas, através da criação de conteúdo e informações sobre os mais diversos temas, em formato de texto, imagem e áudio.

A partir de meados dos anos 2000, no Brasil e no mundo, houve um expressivo aumento do número de *think tanks* liberais e o discurso tornou-se mais agressivo. No âmbito mundial, isso traduziu a reação das classes dominantes à grave crise financeira de 2008. No campo ideológico, foi dado maior eco às ideias libertárias de fundo ético e moral e até mesmo às ideias negacionistas, visando a reafirmação e a massificação do pensamento liberal. O número de *think tanks* liberais no mundo aumentou de 5.465,

em 2008, para 8.248 em 2019. No mesmo período, no Brasil, cresceu de 30 para 103. (VARGAS; MARQUES, 2022, S/P)².

Essas organizações institucionalizadas são financiadas por partidos políticos e empresários interessados na neoliberalização autoritária do Brasil, e por isso tendem a sua produção de conteúdo em favor disso. Tudo isso favoreceu a posterior eleição de Jair Bolsonaro e o crescimento do movimento bolsonarista.

O governo Bolsonaro representa um hostil e cruel ataque neoliberal para a classe trabalhadora brasileiro. Um período marcado pela violência, desemprego, negacionismo, precarização das políticas públicas e das condições de trabalho e vida, inclusive, pela morte dos mais vulnerabilizados. A atuação de Bolsonaro frente a pandemia de Covid-9, é um exemplo disso. Segundo Dossiê da Abrasco, se o governo da época tivesse adotado as medidas adequadas, teria evitado uma a cada quatro mortes³. Segundo dados do CONASS (Conselho Nacional de Secretários de Saúde) desde o início da pandemia até julho de 2023 foram notificados à OMS o número de 704.659 mortes por Covid-19 no Brasil⁴. As quais foram ainda potencializadas pela conduta do governo contrária ao uso de máscaras e a vacinação, disseminação de tratamentos sem eficácia comprovada para a doença, como a cloroquina.

No campo da subjetividade, o governo bolsonarista representou ódio, medo, indignação e desesperança, somados a sensação de insegurança e incerteza. Para grande parte da população brasileira, a realidade do país foi uma verdadeira vivência de guerra, onde é cada um por si. Sob condições desiguais de competição, os pretos, pobres, periféricos, principalmente as mulheres, jovens, LGBT, lutam pela sobrevivência.

Com o acirramento da crise capitalista no país, uma das formas de restauração das taxas de lucratividade é, justamente, a intensificação dos processos de privatização, ajuste fiscal e mercantilização das políticas sociais, a exemplo da saúde mental. Principalmente com a aprovação da Emenda Constitucional (EC) 95, em dezembro de 2016, o orçamento para a Saúde tem diminuído cada vez mais. Segundo o Conselho Nacional da Saúde (CNS) no ano de 2019, a perda de investimentos na área representou R\$20 bilhões, o que afeta negativamente a

²Disponível em: <https://diplomatie.org.br/os-think-tanks-liberais-no-brasil-e-a-educacao/>. Acesso em: 31 de outubro de 2023.

³Disponível em: <https://www.redebrasilatual.com.br/saude-e-ciencia/sete-erros-bolsonaro-covid-brasil/>. Acesso em: 31 de outubro de 2023.

⁴Disponível em: <https://www.poder360.com.br/brasil/brasil-tem-704-659-mortes-por-complicacoes-da-covid/>. Acesso em: 09 de abril de 2024.

qualidade do atendimento nas instituições públicas de Saúde, inclusive a política nacional de saúde mental, desenvolvida nos equipamentos que compõem a RAPS.

As investidas contra a Política de Saúde Mental ganharam forças após o golpe parlamentar que impetrou Dilma Rousseff e conduziu ao governo golpista de Michel Temer. Tal processo significou uma grande onda de retrocessos para essa política. Em novembro de 2018, o Ministério publicou a portaria nº 3.659/2018 que cortou os investimentos de mais de 300 serviços, diminuindo mais 77 milhões de reais anuais da Rede de Atenção Psicossocial (RAPS). Outro retrocesso foi por meio da portaria nº 3.718/2018, na qual determina a devolução ao Ministério da Saúde de mais de 43 milhões repassados para construção de serviços substitutivos.

Além disso, no ano de 2018 publicaram a Portaria nº 3.449/2018, do Ministério da Saúde, que favorece a articulação, regulação e parcerias com as chamadas Comunidades Terapêuticas. Estas são organizações civis que visam “tratar” sujeitos usuários de substâncias psicoativas. Segundo o Conselho Nacional de Saúde (CNS)⁵ nestes espaços são verificadas muitas vezes violações de direitos e práticas típicas dos hospitais psiquiátricos, como a falta de convívio familiar e comunitário, uso de trancas nas portas, de contenção e imposição religiosas. Não sendo o bastante, também foi aprovada a Portaria nº 2434 de 15/08/2018, que promove um aumento de 60% nas diárias pagas aos hospitais, para atendimento de pacientes internados por mais de 90 dias ou que são reinternados em intervalo de menos de 30 dias. O que aponta um investimento em uma política de caráter manicomial.

O combate aos avanços da Reforma psiquiátrica no Brasil teve centralidade no governo Bolsonaro. Em 2019, no primeiro ano do governo Bolsonaro, uma Nota Técnica do Ministério da Saúde sugeriu facilitar a compra de aparelhos de Eletroconvulsoterapia (ETC) pelo SUS, a internação compulsória. Inclusive de crianças e adolescentes em hospitais psiquiátricos, recomendação de abstinência ao tratamento para dependentes químicos, etc. Além disso, o objetivo do governo com essa portaria seria ampliar as internações em clínicas e em comunidades terapêuticas, em sua maioria ligadas a instituições religiosas.

⁵Disponível em: <https://site.cfp.org.br/cfp-reforca-posicionamento-contrario-ao-financiamento-de-comunidades-terapeuticas-com-recursos-publicos/#:~:text=Magano%20frisou%20as%20constantes%20viola%C3%A7%C3%B5es%20verificadas%20em%20algumas,de%20conten%C3%A7%C3%A3o%20e%20a%20imposi%C3%A7%C3%A3o%20de%20cren%C3%A7as%20religiosas>. Acesso em: 31 de outubro de 2023.

Desde o final do ano de 2020, durante a pandemia mundial da COVID-19, o governo Bolsonaro “ameaçou” revogar aproximadamente 100 portarias do ministério da saúde sobre saúde mental, o que possivelmente destruiria a rede de serviços ofertados pelo SUS para atender a população que necessita de cuidados profissionais com a saúde mental. A proposta do governo, chamada de “revogação” acaba por transferir as políticas comunitárias da pasta da saúde para o ramo da assistência social, o que reduziria os investimentos para os equipamentos da RAPS e aumentaria a verba destinada a hospitais psiquiátricos.

A Associação Brasileira de Psiquiatria (ABP) ao divulgar o documento “Diretrizes para um modelo de atenção integral em saúde mental no Brasil”, revela estar de acordo com os retrocessos no tratamento e cuidado com a saúde mental. A organização “Luta Pelo Socialismo” (LPS) em texto publicado em 2020 no site do Sindicato dos Professores da Universidade Federal de Minas Gerais (APUBHUFMG) este documento foi o embasamento que o governo Bolsonaro precisava para planejar o seu ataque à política de saúde mental. Certamente muitos interesses corporativos e econômicos estão por trás do apoio da ABP ao projeto bolsonarista de desmonte da política pública de saúde mental, uma vez que as internações geram lucros para redes privadas que atuam em parcerias com o Estado.

Quando saúde se transforma em mercadoria, vidas humanas transformam-se em fontes de lucro e há muitos setores da sociedade interessados nos fundos públicos para comercializar estruturas hospitalares e manicomiais de confinamento e controle dos corpos, principalmente dos corpos dos mais pobres, em sua maioria negros. Trata-se de uma fatia lucrativa da medicina, que nada tem a ver com a necessidade de reabilitação e de tratamento das pessoas. Associada à intenção de controle e repressão social, o retrocesso em relação à luta antimanicomial revela a perversidade que sustenta o sistema capitalista. (LSP, 2020, S/P)

Assim, aprofunda-se cada vez mais o tremendo retrocesso na política de saúde mental, com isso aumenta a precarização dos equipamentos e prejudica a qualidade dos serviços prestados pela RAPS. Tudo isso favorece o setor privado, clínicas e hospitais psiquiátricos, que são financiados pelo Estado. Assim como, as comunidades terapêuticas que têm um cunho caritativo, religiosos e mesmo manicomial.

O campo da saúde mental não foge do contexto de desenvolvimento desigual e combinado que o Brasil se encontra em relação aos países centrais da economia mundial. Pois além da precarização das políticas públicas de saúde mental, investimento estatal em serviços privados e organizações não-governamentais, a forma como a saúde mental é compreendida e intervencionada no país vem de fora. Isso é a individualização, patologização e a medicalização das questões de saúde mental, são importadas pelo Brasil, que servem de massa de consumo

dos diagnósticos e medicamentos. Os Manuais Diagnósticos e Estatísticos de Transtornos Mentais (DSM) são exemplos de que economias como os Estados Unidos exportam conceitos e tratamentos dos transtornos mentais para as mais diversas partes do globo. E não é à toa que as farmacêuticas que mais lucram são as localizadas nesses países:

Os lucros das principais empresas que formam a indústria farmacêutica têm aumentado de maneira espetacular, a tal ponto que os principais laboratórios figuram a cada ano entre as dez empresas mais lucrativas do mundo. Tais laboratórios se concentram nos Estados Unidos e em alguns poucos países da Europa (AMARANTE, 2017, p. 37)

Apesar da transição governamental em 2023, a racionalidade neoliberal demonstra sua prevalência institucional no Brasil no âmbito da política de saúde mental do atual governo Lula, evidenciada pela manutenção do financiamento público às Comunidades Terapêuticas (CTs). A criação do Departamento de Entidades de Apoio e Acolhimento no Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social (MDS) e a continuidade de repasses vultosos a essas instituições — que frequentemente operam sob a lógica do isolamento e da moralização religiosa — indicam que a 'privatização do cuidado' permanece como um nó crítico. Dados do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) e do Conselho Nacional de Saúde (CNS) apontam que, enquanto a Rede de Atenção Psicossocial (RAPS) sofre com um subfinanciamento histórico e precarização via Organizações Sociais (OSs), o Estado mantém o aporte a entidades privadas de caráter asilar.

Diante disso, neste item entendemos que o neoliberalismo — disseminador da desregulamentação do mercado, da concorrência como imperativo social, precarização das políticas públicas, financiamento estatal para setor privado, precarização das condições de vida e trabalho — se encontra articuladamente inserido no Brasil. Inclusive o neoliberalismo na sua forma autoritária que se soma e se fortalece com a particularidade da formação sócio-histórica marcada pela escravização do povo negro e indígena e dependência econômico-social internacional. Expressos hoje na exploração e criminalização da pobreza, nas violações de direitos sociais, no autoritarismo, na predominância da moral conservadora religiosa cristã. Além disso, vimos que a saúde mental no Brasil — tanto como política pública quanto como reflexo da construção das subjetividades em âmbito individual e coletivo — é atingida diretamente pelos retrocessos impostos pelo neoliberalismo autoritário.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao longo desta análise, busquei demonstrar que o sofrimento psíquico no Brasil contemporâneo não pode ser dissociado da racionalidade neoliberal e das heranças de nossa formação sócio-histórica. O sofrimento psíquico, longe de ser um fenômeno puramente biológico ou individual, revela-se como um campo de forças onde se cruzam a economia política, a herança colonial e as novas tecnologias de gerenciamento da vida e da morte.

Conclui-se que o neoliberalismo no Brasil, ao ser imposto ao país pela lógica capitalista de divisão internacional do trabalho, não se instalou sobre um terreno neutro, mas na verdade se articulou à "autocracia burguesa" descrita por Florestan Fernandes. Essa simbiose permitiu que a lógica de mercado se radicalizasse através de um autoritarismo que já era estruturante em nossa sociedade. O resultado é uma subjetividade marcada pelo "fatalismo latino-americano", onde a precariedade da vida é naturalizada e o sofrimento é despolitizado, transformando conflitos coletivos em diagnósticos individuais e isolados.

Especialmente durante o governo Bolsonaro mas que ainda em andamento no atual governo, evidenciou o desmonte da Rede de Atenção Psicossocial (RAPS) em favor do financiamento de Comunidades Terapêuticas e hospitais psiquiátricos. Isto não representa apenas um retrocesso administrativo, mas a consolidação de dispositivos de subjetivação que visam a contenção moral e a neutralização de corpos considerados improdutivos.

Por fim, este trabalho reforça que a luta antimanicomial e a defesa de uma política de saúde mental pública e de qualidade são formas de enfrentamento à racionalidade neoliberal. Sendo assim, destaco e reafirmo a importância de resgatar a dimensão política do sofrimento psíquico como elemento indispensável para a emancipação humana e social.

REFERÊNCIAS

AMARANTE, Paulo. **Saúde mental e atenção psicossocial**. 4. ed. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, 2017. 132 p. (Coleção Temas em Saúde).

ANTUNES, RICARDO. A nova morfologia do trabalho no Brasil. **Nueva Sociedad especial em português**, junho de 2012, ISSN: 0251-3552. p. 44 - 59. Disponível em: https://static.nuso.org/media/articles/downloads/3859_1.pdf. Acesso em: 10 de janeiro de 2024

DARDOT, Pierre; LAVAL, Christian. **A nova razão do mundo**: ensaio sobre a sociedade neoliberal. São Paulo: Boitempo, 2016.

FERNANDES, Florestan. **A revolução burguesa no Brasil**: ensaio de interpretação sociológica. Organização de Bernardo Ricupero. São Paulo: Contracorrente, 2020.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido**. 17. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

IANNI, Octavio. Globalização e neoliberalismo. **São Paulo em perspectiva**, v. 12, n. 2, p. 27-32, 1998.

MARTÍN-BARÓ, Ignacio. **Crítica e libertação na psicologia**: estudos psicossociais. Petrópolis: Vozes, 1998.

MBEMBE, Achille. **Necropolítica**: biopoder, soberania, estado de exceção, política da morte. 3. ed. São Paulo: n-1 edições, 2018.

PACHECO, R. V. et al. **A terceirização da gestão na saúde mental: impactos na Rede de Atenção Psicossocial**. Trabalho, Educação e Saúde, 2023.

SAFATLE, Vladimir; DA SILVA JUNIOR, Nelson; DUNKER, Christian. **Neoliberalismo como gestão do sofrimento psíquico**. Autêntica Editora, 2021.

VARGAS, Everton; MARQUES, Teresa Cristina de Novaes. A rede de *think tanks* liberais no Brasil (2000-2020). **Revista de Sociologia e Política**, Curitiba, v. 30, e009, 2022. Disponível em: [Link da revista/portal]. Acesso em: 21 dez. 2025.

WACQUANT, Loïc. O lugar da prisão na nova administração da pobreza. *Novos Estudos CEBRAP*, São Paulo, n. 80, p. 9-19, mar. 2008.